em 15.3.91. No entanto, o aluno foi considerado "novamente, inapto em Português".

1.5.1 A supervisão, analisando a documentação anexa ao presente expediente, concluiu que o professor de Português "planejou o período de recuperação exclusivamente em tópicos gramaticais", embora tivesse trabalhado, no decorrer do ano letivo, com atividades diversificadas, tais como redação, pesquisas, resumos.

1.5.2 Já a 2ª avaliação, realizada em 15.3.91 constou de dois instrumentos de avaliação: a) interpretação de texto; b) gramática. Apesar disso, a supervisão, considerando que o essencial, em Português, é a produção, leitura e interpretação de textos, o que não foi suficientemente explorado nas avaliações aplicadas pelo professor, e considerando que algumas questões de interpretação (5,6, 8-b da 2ª prova) dão margem a dúvidas, opina pelo provimento ao recurso, promovendo o aluno para a 6ª série.

1.6 Apesar da decisão da Delegacia de Ensino, os autos foram encaminhados ao CEE, pois a Sra. genitora havia protocolado, em 25.3.91, diretamente neste Colegiado, o pedido de reconsideração. O Processo foi baixado em diligência, por ordem do Sr. Presidente do CEE, retornando em 30.4.91.

1.7 Os autos estão, instruídos com os documentos necessários para a análise do caso, nos termos da Resolução SE 235/87.

2. APRECIÇÃO

2.1 A legislação estabelece que a avaliação do rendimento escolar compete ao estabelecimento de ensino, nos termos do seu Regimento (artigo 14 da Lei 5692/71).

2.2 No âmbito estadual, a legislação a ser obedecida, nesse caso, é o Regimento Comum das Escolas Estaduais de Primeiro Grau (Decreto 10.623/77).

2.3 De acordo com os documentos constantes dos autos, não se verifica, no geral, descumprimento à legislação vigente, exceto no que se refere: a) à recuperação paralela bimestral, nos termos do artigo 91, inc. I do Decreto 10.623/77, desenvolvido pelo professor só nos 1º e 2º bimestres. Não há registro de estudos de recuperação nos 3º e 4º bimestres; b) atribuição de pontos às questões de Português convertidos posteriormente em conceitos, contrariando o disposto no artigo 77 do Regimento Escolar.

2.4 Por outro lado, é de se destacar que, no 4º bimes-

tre, o aluno em questão obteve as menções C-D-C-C nas diferentes avaliações e, no entanto, ficou com conceito bimestral "D".

2.5 Este Colegiado tem orientado para que o Conselho de Classe, ao analisar o rendimento escolar do aluno, leve em consideração o aproveitamento global, verificando as condições para acompanhar os da série posterior.

2.6 O aluno em tela apresenta um rendimento global satisfatório, tendo condições de cursar a 6ª série com acompanhamento dos professores para superar as dificuldades apresentadas em Português, na 5ª série.

2.7 Alerta-se a direção da escola para que oriente os professores quanto à adequação do processo de recuperação: no que se refere os objetivos, conteúdos e principalmente ao processo avaliatório.

1. CONCLUSÃO

À vista do exposto, defere-se o recurso interposto pela mãe do aluno Tércilio de Andrade Biccigo Júnior, retido na 5ª série do 1º grau, em 1990, DE de Rio Claro, DRE-Campinas, computando-se a frequência obtida, até então, na série anterior, para fins de cumprimento dos mínimos obrigatórios de assiduidade.

São Paulo, 28 de junho de 1991.

a) Cons^a MARIA ELOÍSA MARTINS COSTA
RELATORA

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Aparecido Leme Colacino, Cleusa Pires de Andrade, Domingas Maria do Carmo Rodrigues Primiano, Maria Eloísa Martins Costa e Cleiton de Oliveira.

Sala da câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 03 de julho de 1991.

a) Cons^a CLEUSA PIRES DE ANDRADE
PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 31 de julho de 1991.

a) Consº João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente